

# PERCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E SEUS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO

## *PERCEPTIONS ABOUT INCLUSIVE PHYSICAL EDUCATION OF A PERSON WITH DISABILITIES AND HIS FAMILIES: A CASE STUDY*

João Vitor Zibell  
Luciana Erina Palma

*Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.*

### **Resumo**

O estudo teve como objetivo analisar as percepções sobre a participação na educação física de um estudante com deficiência e seu familiar. Na coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. Participaram do estudo um indivíduo com deficiência física que frequentou recentemente à escola e a sua mãe. Como resultado, foi possível identificar, por meio dos relatos, a participação do estudante na maioria das atividades, contribuindo para a melhor relação com os colegas e o desenvolvimento do senso de pertencimento e autonomia. Os relatos indicaram que a participação nas aulas de educação física desenvolveu a independência e diminuiu a superproteção familiar. Em relação à disciplina da educação física, os participantes enfatizaram a preparação do professor e as adaptações das atividades para a participação de todos os estudantes como essenciais a participação ativa. Sendo assim, a participação ativa nas aulas de educação física relaciona-se com a inclusão do estudante, desenvolvendo sua autonomia e autoestima, melhorando suas relações sociais e qualidade de vida.

**Palavras-Chaves:** Atividade Motora Adaptada. Educação Física. Inclusão. Deficiência Física.

### **Abstract**

The objective of this study was to analyze perceptions regarding participation in physical education of a student with a disability and his family member. A semi-structured interview script was used for data collection. The study included an individual with a physical disability who recently attended school, along with their mother. As a result, it was possible to identify, through the reports, the student's participation in most activities, contributing to the improvement of relationships with your classmates, as well as the development of a sense of belonging and autonomy. Reports indicated that participation in physical education classes developed independence and reduced family overprotection. Regarding the discipline of physical education, participants highlighted the importance of teacher preparation and adaptation of activities to ensure the participation of all students as essential factors for active engagement. Thus, active participation in physical education classes correlates with the student's inclusion, promoting his autonomy and self-esteem, enhancing his social relationships, and improving his quality of life.

**Keywords:** Adapted Motor Activity. Physical Education. Inclusion. Physical Disability.

## 1 Introdução

A temática da inclusão vai além do âmbito escolar, sendo importante e fundamental em várias esferas da sociedade. No contexto educacional, a instituição escolar desempenha um papel fundamental, como a principal ferramenta na promoção de uma sociedade inclusiva (Hansel; Zych; Godoy, 2014). Historicamente, o sistema educacional passou por diversas fases, perpassando vários paradigmas, que podem ser definidos como:

Conjuntos de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não dão mais conta dos problemas que temos de solucionar (Mantoan, 2003, p. 11).

Os paradigmas educacionais relacionados a pessoa com deficiência iniciaram em um modelo de segregação, onde as pessoas com deficiência não tinham acesso às instituições de ensino (Boneti, 1996).

Esse primeiro modelo era discriminatório e exclusivo, tratando a pessoa como inferior e doente (Sousa, 2019). Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo propósito central é resguardar a dignidade humana e fomentar valores éticos e liberdade, independentemente de características como cor, raça, gênero, religião ou quaisquer outras circunstâncias (Lourenço, 2016).

A inclusão social começou a se disseminar a partir dos princípios fundamentais dos direitos humanos. É importante destacar que essa declaração propôs a educação básica como direito de todos os indivíduos (Lourenço, 2016).

Após esses acontecimentos, os paradigmas do ensino escolar transformaram-se em um modelo integrativo de educação. Esse modelo teórico relaciona-se à normalização da deficiência, onde o aluno era integrado ao ambiente escolar sem que este estivesse devidamente adaptado para atendê-lo. Nesse sentido, não houve alterações na estrutura da escola, colocando a responsabilidade de adaptação no estudante, onde este deve conformar-se ao sistema escolar preexistente (Mantoan, 2003; Sasaki, 2005).

Nos anos 80, um novo paradigma foi estabelecido, marcando a transição da integração para a inclusão. Esse movimento teve início em 1981, com a formulação da Declaração de Princípios pelo *Disabled Peoples International*, organização não governamental composta por líderes com deficiência (Sasaki, 2005).

No Brasil, em 1988, houve a promulgação da Constituição Federal, esse documento afirma que a educação é um direito de todo o cidadão e que ela deve ser adequada a cada especificidade, onde todos os estudantes devem escolarizar-se prioritariamente na rede regular de ensino (Laplane, 2006). Em 1994, a UNESCO realizou a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, nesse evento, foi

promulgada a Declaração de Salamanca, a qual enfatiza que todas as pessoas devem ser acolhidas e educadas nas escolas (Brasil, 2008).

A partir desse momento, a ideia de uma escola inclusiva começou a ser formulada. A nova abordagem não apenas questiona as políticas e a organização da educação especial e convencional, mas também desafia o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois propõe a incorporação escolar de maneira completa, abrangente e sistemática. Todos os estudantes, sem exceção, devem frequentar regularmente as salas de aula do ensino convencional (Mantoan, 2003). Partindo desse princípio, a escola deve atender a todos os indivíduos, independentemente se o estudante apresenta ou não alguma deficiência.

A legislação brasileira opera reconhecendo as instituições especializadas e as escolas convencionais como espaços de educação, sendo a rede regular de ensino prioritária para a educação dos indivíduos (Laplane, 2006). Amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1995 e pela Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), a educação inclusiva torna-se um dever de toda população. As escolas devem atender esses princípios constitucionais, sem excluir estudantes e garantindo o pleno desenvolvimento humano e de cidadania (Mantoan, 2003).

A disciplina Escolar de Educação Física também assume um compromisso com a inclusão educacional. Historicamente, essa área esteve voltada para o desenvolvimento físico com foco em desempenho e competição, tendo em vista um padrão “ideal” de corpo e negligenciando as diversidades (Souto *et al.*, 2010). Nesse contexto, as pessoas com deficiência eram excluídas das aulas, sem esforços para adaptações que permitissem a participação de todos nas atividades (Rechineli; Porto; Moreira, 2008).

A “educação física tem o papel de proporcionar o desenvolvimento cognitivo e físico do aluno a partir de vivências corporais, através do jogo, da dança, das lutas e dos esportes” (Palma; Lenhard, 2012, p. 117). Os diferentes corpos compõem um ambiente de trocas de experiências a partir dos movimentos individuais (Rechineli; Porto; Moreira, 2008). A diversidade de corporeidades dos alunos que frequentam a escola estimula a troca de conhecimento entre os estudantes, a presença de pessoas com deficiência permite que esses corpos sejam vistos com base nas suas potencialidades e não pelas limitações.

Trabalhando os aspectos motores e físicos, a disciplina também tem o dever de promover a prática de atividades físicas para a melhora da qualidade de vida (Lenhard; Manta; Palma, 2012). Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), a participação de pessoas com deficiência nas aulas de educação física desenvolve as capacidades, perceptivas, afetivas de integração social, estimulando a independência do aluno.

No cotidiano escolar e nas aulas de educação física, embora a legislação que ampara a inclusão não seja recente, muitas pessoas com deficiência ainda são excluídas nas aulas e no sistema escolar. O processo de inclusão é essencial para uma educação democrática, a qual valoriza a diversidade e as particularidades de cada aluno. A disciplina de educação física, por dedicar-se ao estudo dos variados corpos e suas interações com a sociedade, desempenha um papel fundamental no progresso desse processo.

Por isso é importante compreender, na visão e percepção de uma pessoa com deficiência e de seus familiares, o que entendem, como percebem e sentem este processo nas aulas de educação física e no cotidiano escolar, para que, na medida do possível, como professores, possamos contribuir para a melhora e progresso da educação inclusiva, impactando de forma positiva e significativa na vida das pessoas em uma escola pensada para todos.

Assim sendo, tem-se como objetivo deste estudo, analisar as percepções de uma pessoa com deficiência e seu familiar responsável sobre a inclusão nas aulas de educação física.

## 2 Método

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa e descritiva do tipo estudo de caso, sendo o objetivo descrever e estudar determinadas características, opiniões e atitudes de uma população ou fenômeno em um estudo detalhado de um ou poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e singular de determinado fenômeno (Gil, 2010; Thomas, Nelson, Silverman, 2012).

A amostragem utilizada foi por conveniência (Gil, 2010). O participante é jovem, na época do estudo, de 19 anos de idade, branca. Além disso, possui deficiência física, diagnosticado no nascimento com Mielomeningocele e Hidrocefalia baixa, provocando uma má formação na coluna vertebral, limitando seus movimentos, tendo que utilizar uma cadeira de rodas para sua mobilidade. O familiar do entrevistado, que participou da pesquisa, foi sua mãe, branca, 55 anos de idade, enfermeira, ambos residiam juntos. O critério para participação foi ter estudado recentemente em uma escola regular, ter participado das aulas de educação física e possuir alguma deficiência.

O instrumento utilizado foi uma entrevista. Para coleta de dados, foi elaborado um roteiro composto por três blocos de perguntas, denominados: “Participação nas aulas de Educação Física”, “Influência da Educação Física” e “Perspectivas e opiniões sobre a Educação Física”.

O roteiro de perguntas para a entrevista passou por uma validação com três profissionais/professores da área, buscando avaliar a clareza, a consistência e a objetividade das perguntas em relação ao tema de estudo. Assim, captou-se a percepção

dos professores em relação às perguntas do roteiro e foram realizados os ajustes sugeridos para o melhor entendimento das perguntas, conforme o objetivo do estudo.

Após a seleção dos participantes, foi estabelecido contato e agendado um encontro no lugar de preferência dos entrevistados: a residência destes. Inicialmente, foram apresentados e assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo a entrevista de forma individual e em cômodos separados. A primeira entrevista foi com o participante com deficiência e logo em seguida sua mãe, os participantes foram estimulados a fornecer respostas com exemplos sobre os temas abordados, e cada entrevista durou aproximadamente uma hora.

As respostas foram gravadas no aplicativo “Gravador de voz” do sistema de aparelho móvel IOS e transcritas em forma de texto. Para compor a interpretação dos dados, utilizou-se a análise qualitativa buscando compreender os significados e posições dos entrevistados a partir de sua individualidade (Gil, 2010). Os dados obtidos foram classificados e organizados em categorias, de acordo com os temas dos blocos de perguntas do roteiro de entrevista para posterior interpretação e análise (Thomas; Nelson; Silverman, 2012).

### **3 Resultados e discussão**

Para facilitar a compreensão dos resultados, três categorias foram criadas, conforme os temas do roteiro de entrevista: 1) A participação nas aulas de educação física escolar 2) Influência da Educação Física e 3) Perspectivas e opiniões sobre a educação física.

A fim de preservar a identificação dos indivíduos do estudo, foram utilizados pseudônimos de *estudante e familiar*, colaborando na compreensão dos dados e características deles.

Nos quadros, a seguir, existem perguntas respondidas individualmente e perguntas em comum, a coluna de perguntas refere-se aos questionamentos feitos para os entrevistados, assim, a coluna do estudante mostra um resumo das respostas advindas do estudante e a coluna familiar provém as respostas da mãe. As frases em *itálico* compreendem as falas dos entrevistados. Essas respostas consistem em simplificações para melhor compreensão.

#### **3.1 Categoria 1 - Participação nas aulas de educação física escolar**

Nesta categoria, será abordado, fundamentado nos relatos, aspectos sobre como ocorreu a participação do estudante nas aulas de educação física, seu envolvimento nas atividades, relação com os colegas e o professor a partir das percepções dos entrevistados.

O Quadro 1 mostra as respostas dos participantes da pesquisa.

Quadro 1 - Participação nas aulas de educação física

Perguntas/Participantes	Estudante	Familiar
Como foi a sua participação nas aulas de educação física?	<i>Participava nas atividades que podia, principalmente basquete e vôlei, os colegas colaboraram para incluir nas atividades. Quando não participava ficava apenas olhando.</i>	
Como você se sentia nas aulas de educação física?	<i>Feliz e acolhido, sentindo que as pessoas em minha volta se esforçaram para que eu participasse das atividades.</i>	
Como foi a participação do seu filho nas aulas de educação física?		<i>No ensino fundamental, ele participava de todas as atividades, os professores eram muito bons. No ensino médio, a participação era menor, mudou o professor e a metodologia era menos inclusiva.</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

Ao ser questionada sobre o envolvimento do estudante nas atividades, a mãe menciona que, durante o Ensino Fundamental, ele era mais engajado. Isso deve-se, em grande parte, à formulação de atividades pelos professores que permitiam a inclusão de seu filho. Ela ressalta a abordagem dos professores, os quais promoviam a adaptação das atividades, chegando a carregá-lo no colo. Essa atitude ilustra a relevância do papel do professor na garantia da participação de todos os alunos na aula.

No Ensino Médio houve uma mudança de professor, que utilizava uma metodologia diferente. O estudante destaca que, durante as aulas, participava das atividades quando era possível, “*quando eu via a oportunidade de ir e participar, eu ia, do meu jeito, com mais calma*”. A participação ocorria principalmente nas modalidades de basquete e vôlei, em outras atividades, como o futsal, ele ficava apenas olhando os colegas praticarem:

[...] eu ficava olhando só, eu sabia que eu não ia poder fazer aquilo, eu sabia que tinha que ter aquilo, o futsal por exemplo, é um esporte, então tinha que ter, então eu ficava olhando mas sabendo desse esporte eu não vou poder, mas outro eu vou poder participar normal [...] (estudante).

A participação de um aluno acontece, quando o mesmo compreende e pratica as atividades propostas, interagindo com os colegas e professores, sendo diferente de estar apenas presente (Palma; Lenhard, 2012). Em uma educação inclusiva, todos os alunos

devem ter acesso ao conhecimento, explorando suas potencialidades individualmente. Para que todos consigam realizar as atividades propostas, os professores devem estruturar diversas adaptações. A metodologia utilizada é decisiva para que todos os alunos consigam executar as atividades (Seabra Júnior, 2008).

Nota-se que os conteúdos do Ensino Médio foram voltados às práticas esportivas, que costumam pautar-se em uma lógica de competição, que acaba naturalizando a exclusão, distanciando-se de uma atividade inclusiva (Fonseca; Cardozo, 2021). Quando o esporte é trabalhado nas aulas, deve-se afastar de princípios da lógica do esporte de rendimento, o qual exclui os menos habilidosos e prioriza a competição, buscando desenvolver as atividades em uma lógica pedagógica, assim, todos os estudantes podem vivenciar as práticas, utilizando o esporte como um meio educativo (Bracht, 2000).

A possibilidade de cooperação entre os alunos, durante as atividades, transforma a concepção da turma em relação às capacidades individuais. Todos realizam os movimentos, mas de forma única e diferente (Palma; Lenhard, 2012). De acordo com Gasparly e Palma (2019, p. 19) “o entendimento por parte de toda turma de que cada um tem sua individualidade, o seu tempo e sua forma de realizar as atividades colabora para a inclusão de todos na aula”.

Portanto, é fundamental que todos os alunos participem das atividades. Para que isso aconteça, o professor deve utilizar diferentes estratégias, facilitando essa condição. “O professor de educação física é um elemento mediador da relação e interação entre participantes com e sem deficiência” (Seabra Junior, 2008, p. 17). A fim da inclusão, as oportunidades de participação devem ser iguais, é possível que o estudante com deficiência tenha algumas limitações em relação aos movimentos, mas essas limitações não devem impedir que participe.

A falta de capacitação dos professores para lidar com alunos com deficiência é um dos principais desafios para a participação, muitos professores têm medo e insegurança para incluir os estudantes nas aulas (Krug; Krug; Krug, 2019). De acordo com Palma e Lenhard (2012, p. 120):

Quando observamos uma pessoa com deficiência, o que chama a atenção é a deficiência, fazendo com que esqueçamos que esses indivíduos também são capazes. Partindo do senso comum, são criados os pre-conceitos de que são seres incapacitados de realizar as atividades corriqueiras como uma pessoa sem deficiência.

Muitas vezes, os professores evitam a participação dos alunos quando a atividade demanda uma grande adaptação, por medo de não conseguir atender as especificidades daquele aluno. Também superprotegem e impedem que o aluno vivencie os fracassos e sucessos que a aula proporciona, esses comportamentos são barreiras que impedem a inclusão, pois evidenciam as diferenças de cada um (Lima; Silva, 2008).

Durante o Ensino Médio, ficou evidente, a partir dos relatos, que o professor não adaptava as atividades para que o aluno pudesse participar, inclusive na avaliação, a mãe do estudante destaca que:

*[...] eu tive que fazer uma reclamação, o professor não era como os outros, eu comecei a estranhar, aí tive que reclamar, reclamei várias vezes, eu reclamei no sentido assim, ele fazia as avaliações, no caso, física, e ele descontava do (filho), só que ele não oferecia uma oportunidade do (filho) participar, não tinha como o (filho) ter a participação plena como os outros, não tem como descontar, no caso, se valia 10, ele dava 6 porque ele não participou de tal coisa, entende. Mas só que não tinha como ele participar (Familiar - Mãe).*

Avaliar todos os estudantes da mesma forma não permite um entendimento sobre o progresso de cada um. Em um contexto inclusivo, o professor não deve homogeneizar o processo avaliativo, estruturando-o de acordo com as características e progresso de cada aluno, sendo fundamental observá-lo no tempo livre, demonstrando o desenvolvimento de forma espontânea a partir da sua especificidade, considerando que as barreiras de aprendizagem surgem a partir da exigência da tarefa para cada aluno (Alves; Fiorini, 2018).

O professor deve construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e condições de aprendizagem (Brasil, 2018). Para que se possa ter um entendimento do processo educacional de cada aluno, o professor deve fazer diversas adaptações com o objetivo de flexibilizar o currículo que está sendo trabalhado, potencializando a aprendizagem de cada estudante dentro de um mesmo conteúdo (Alves; Fiorini, 2018).

O apoio social também é extremamente importante para que os alunos com deficiência continuem participando das aulas, a “socialização entre as pessoas com deficiência é benéfica para a saúde física e mental, pois o fato das pessoas se sentirem pertencentes a um determinado grupo faz com que queiram permanecer inseridas nesse contexto (Biduski *et al.*, 2021, p. 8). Tanto o estudante, quanto a sua mãe ressaltam que os colegas frequentemente prestavam auxílio durante as atividades. A cooperação entre os alunos é essencial para que o professor consiga lidar com tantas singularidades, Gasparly e Palma (2019, p. 21) trazem que:

*É interessante pensar nesse recurso, em que os próprios colegas da turma podem auxiliar o dar suporte durante a realização de uma atividade na aula de Educação Física. Através dessa estratégia, todos os alunos podem aprender e respeitar os colegas, não apenas os que apresentam alguma deficiência, mas também os demais, compreendendo que a inclusão não se trata apenas de pessoas com deficiência, colaborando assim para a participação de todos, sem exclusão, e promovendo um espaço de aprendizagem, respeito e cooperação.*



A participação social aparece como ponto fundamental para inclusão, “a percepção pelo aluno com deficiência que está sendo reconhecido como um membro capaz e importante para a turma promove a percepção de inclusão do mesmo” (Alves; Duarte, 2014, p. 335). O estudante, ao ser questionado sobre os sentimentos relacionados a aula, declara sentir-se “*feliz né, me sentia acolhido, sentia que o professor ... ele tava fazendo de tudo pra que eu pudesse fazer junto com os outros, daí eu me sentia feliz*”. Demonstrando o quão importante é a participação nas atividades, sendo acolhido e respeitado.

O comportamento dos colegas e do professor durante as aulas pode ser facilitador ou uma barreira para a inclusão (Figueiredo; Mancini; Brandão, 2018). Um ambiente que não perceba a pessoa com deficiência como incapaz, favorece a inclusão. O respeito pela diferença e a cooperação entre todos é fundamental para que se lide com as limitações de cada indivíduo, assim valorizamos e aprendemos as potencialidades de todos.

A possibilidade de as aulas na disciplina serem em um ambiente fora da sala de aula é um fator que contribui significativamente para a melhoria da interação social entre os alunos (Nacif *et al.*, 2016). Segundo Alves e Duarte (2014), a interação social e aceitação pelo grupo, que consiste na compreensão dos colegas sobre a deficiência são os principais fatores relacionados à inclusão.

Podemos entender que o ambiente e as atividades que a educação física proporciona podem transformar a relação entre os alunos, mas para isso o professor deve prover atividades, onde todos os alunos devem participar de forma ativa, estimulando as potencialidades individuais e a cooperação.

### **3.2 Categoria 2 - Influência da Educação Física**

Esta categoria aborda a influência da educação física no cotidiano do estudante e seu familiar, buscando entender melhor como a participação nas atividades contribuiu na qualidade de vida e nas relações

No Quadro 2 constam as respostas dos participantes sobre a influência da Educação Física.

Quadro 2 - Influência da Educação física

Perguntas/Participantes	Estudante	Familiar
Como você percebeu os impactos da educação física na sua vida?	<i>Ajudou na independência, ter coragem para fazer as coisas, fazer mais atividades físicas e amizades novas.</i>	
Como você percebeu os impactos da educação física na vida do seu filho?		<i>A educação física contribuiu para que ele se tornasse independente, houve menos superproteção, a participação dele fez ele se soltar, fazer amigos, melhorar a autonomia.</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

O estudante e a familiar destacam que a participação nas aulas de educação física contribuiu para a independência, a mãe aponta que “*contribuiu muito, porque em casa antes dele ir pra escola com a gente, tinha aquela superproteção sabe*”. A superproteção impede a experimentação dos riscos do cotidiano, que contribuem para o desenvolvimento pessoal. No contexto familiar, muitas vezes, os pais evitam que seu filho fracasse, protegendo-o de tomar suas decisões de forma autônoma (Kroeff, 2012). A autonomia pode ser definida como “capacidade que o ser humano possui de realizar suas escolhas, decidir sobre si mesmo, manifestar suas vontades e debater ponderações a respeito de sua vida” (Vencato; Wendling, 2019, p. 3).

Lima e Silva (2008) trazem que a superproteção é uma das barreiras atitudinais, as quais dificultam a inclusão de uma pessoa com deficiência. Referindo-se à superproteção da mãe, esse excesso pode prejudicar a capacidade de vivenciar a vida cotidiana, que são essenciais para a aprendizagem e desenvolvimento (Kroeff, 2012). A participação ativa nas aulas de educação física contribuiu para que o estudante explorasse suas potencialidades, bem como transformou a concepção dos seus familiares em relação às capacidades de seu filho, permitindo que ele tivesse mais autonomia e confiança. Segundo Vencato e Wendling (2019, p. 16), “conviver em um espaço de que permita a ele expressar suas ideias de forma ativa e ter oportunidade de decidir [...] desenvolverá maior confiança em suas escolhas e ações”.

Outro ponto destacado sobre o impacto da participação nas aulas de educação física foi o incentivo para a prática de atividade física. Muitas vezes, as pessoas com deficiência não têm acesso à prática de atividades físicas durante sua vida (Lenhard; Manta; Palma, 2012). O primeiro contato ocorre apenas na escola, durante as aulas de educação física, que apresenta diversas manifestações corporais e estimula o interesse pela atividade física. A disciplina de educação física compreende diversos conhecimentos que possibilitam ao estudante com deficiência entender as suas capacidades, desenvolvendo consciência corporal e autonomia (Aguiar; Duarte, 2005). Isso contribui para a melhora da sua qualidade de vida, a qual pode ser definida como a percepção do sujeito sobre

os fatores psicológicos, sociais e físicos relacionados às expectativas de satisfação pessoal intrínsecas à cultura que ele está inserido (Farquhar, 1995).

Além disso, a prática de atividade física contribui para a melhora da autoestima e autonomia a partir do desenvolvimento da satisfação própria e da autorrealização (Cardoso; Palma; Zanella, 2010). Realizar as atividades de educação física, permitem que os indivíduos tomem consciência das suas potencialidades, melhorando sua autoconfiança e promovendo uma auto imagem positiva (Pessoa, 2020). Participar das aulas, possibilitou ao estudante experimentar novas práticas corporais e está diretamente relacionada com o gostar de exercícios e procurar incluí-los na rotina (Hartman *et al.*, 2013). Buscar uma atividade física está diretamente ligado ao senso de autonomia do sujeito, que buscará novas experiências para seu desenvolvimento pessoal (Seron; Arruda; Greguol, 2015).

O impacto da participação também possibilitou a construção de novas amizades, esse resultado foi destacado pelo estudante e seu familiar. As interações pessoais que ocorrem durante a atividade física facilitam a relação entre os indivíduos (Silva *et al.*, 2010).

Almeida, Gutierrez e Marques (2012) trazem que o senso de pertencer a um grupo, trocando experiências afetivas e sociais são fatores que contribuem positivamente na melhoria da qualidade de vida. A percepção de inclusão relaciona-se com a interação social, de acordo com Alves e Duarte (2014, p. 330) “as experiências positivas ou negativas de inclusão estavam associadas com a ocorrência ou não de interação social”. O ambiente de trocas que ocorre nas atividades possibilita diversas interações que favorecem a inclusão do aluno com deficiência, fazendo com que ele interaja mais, reforçando a identidade daquele indivíduo a si e ao grupo (Moriconi, 2014).

Os impactos da educação física mostraram-se positivos na vida do estudante, a participação favoreceu o gosto pela atividade física, fazendo-o praticar outras atividades fora do ambiente escolar, como em um projeto de Basquete de Cadeira de Rodas, por exemplo. O ambiente de trocas sociais proporcionou a melhora da convivência com os colegas e também diminuiu a superproteção familiar, esses fatores relacionam-se diretamente com a qualidade de vida e a inclusão, demonstrando que a educação física contribuiu na vida do participante desse estudo.

### **3.3 Categoria 3 - Perspectivas e opiniões sobre a Educação Física**

Na última categoria são abordadas as perspectivas/opiniões sobre como a disciplina de Educação Física pode se tornar inclusiva.

As respostas constam no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Perspectivas para a educação física

Perguntas/Participantes	Estudante	Familiar
A educação física contribuiu para sua inclusão?	<i>Sim, pois ela me ajudou a ter mais autonomia e fazer amizades na turma, mas ela poderia ter possibilitado mais participação nas atividades.</i>	
O que você mudaria nas aulas de educação física?	<i>Em partes, ela poderia incluir melhor os alunos com limitações trazendo atividades adaptadas</i>	<i>Os professores devem se preparar melhor para receber alunos com limitações.</i>
A educação física contribuiu para a inclusão do seu filho?		<i>Tem muita relação, porque é uma participação em grupo, os colegas aprendem a respeitar, saber que eles têm alguém que devem incluir</i>

Fonte: Produção do próprio autor.

O estudante, quando perguntado sobre o que mudaria nas aulas, destaca que deveria ser feitas atividades, as quais todos possam ter maior participação. A resposta do estudante evidencia a importância da adaptação das atividades para todos os alunos, com ou sem deficiência. Diversos estudos sobre a participação de pessoas com deficiência nas aulas de educação física apontam que as atividades devem adaptar-se para permitir a participação de todos (Palma; Lehnhard, 2012; Alves; Duarte, 2014; Gasparly; Palma, 2019).

Complementando, o estudante aponta que “*quem não sabe jogar, mas por exemplo, o futsal, as meninas por exemplo não são muito né, de jogar, não são influenciadas, não gostam muito. Incluir até as meninas, ter time de todos*”. O estudante demonstra que entende a importância da inclusão de todos nas atividades. Sobre o significado de inclusão, apontou que “*é quando alguma pessoa que possui alguma limitação consegue fazer coisas que uma pessoa que não tem faz, né, pra mim, no caso, por exemplo: estudar, ir em shopping, fazer as coisas normalmente*”.

Pode-se verificar que a educação física foi excludente em algumas atividades, segundo Altmann (2015), a exclusão não ocorre apenas com as pessoas com deficiência, mas também com as meninas e os estudantes menos habilidosos.

A exclusão na maioria das vezes ocorre devido à competitividade exacerbada entre os estudantes, as autoras Palma e Lehnhard (2012) trazem que:

A competição pode aparecer em muitos momentos da vida, por isso a importância de trabalhá-la {...} O fato do aluno com habilidades menos desenvolvidas ou o que possui deficiência estar inserido na atividade, poderão vir a “atrapalhar”, o que não o fará ser bem aceito pelo grupo. Nestes casos, o educador tem o papel

de ensinar que a cooperação também deve existir, a fim de conscientizá-los de que somos todos diferentes e cada um tem seu potencial (p. 123).

As adaptações das atividades pelo professor, bem como suas intervenções, são fundamentais para a inclusão de todos. Os autores Gasparly e Palma (2019, p. 19) apontam que “é fundamental o planejamento de meios e formas para que os alunos com deficiência possam participar de modo seguro, alcançando os objetivos de tais atividades”. Ainda sobre a adaptação de conteúdos, Munster (2013, p. 29) aponta que:

A fim de possibilitar o acesso a conteúdos diversificados, torna-se necessário recorrer a procedimentos pedagógicos variados e específicos, visando modificações para atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Algumas atividades ou conteúdos só se tornam acessíveis a pessoas com determinadas deficiências, mediante *adaptações*.

A mãe do estudante retrata que a principal mudança a ser feita na educação física é a preparação dos professores para receber pessoas com deficiência nas aulas. Em relação a esse fato, Monteiro e Manzini (2008) apontam que a falta de conhecimento para atuar com tais alunos é o principal fator que deixa a inclusão tão desafiante. Mantoan (1997) aponta que o argumento mais frequente dos professores em relação às dificuldades para incluir os alunos é o fato de não terem sido preparados para esse trabalho.

Nesse sentido, a “formação inicial e continuada dos docentes frente ao processo de inclusão escolar são variáveis e premissas decisivas para o sucesso e a efetivação das leis inclusivas de nossas instituições escolares” (Terra; Gomes, 2013, p. 113). Para que se atinja uma educação inclusiva, é preciso investimento na formação de novos profissionais qualificados, ressignificando o papel do professor e suas práticas pedagógicas (Mantoan, 1997). É importante salientar que são os professores que essencialmente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente todos os seus alunos” (Terra; Gomes, 2013, p. 113). Por isso, trabalhar a inclusão de modo abrangente, com embasamento teórico e experiências práticas, tanto na formação inicial, como na continuada, é fundamental para que os professores consigam transformar suas concepções pedagógicas (Silva; Silveira; Marques, 2022).

Ao ser questionado sobre a contribuição da educação física para a inclusão, o estudante afirma que ela contribui com o seu desenvolvimento e o senso de pertencimento ao grupo, mas frisou a falta de adaptação em algumas atividades. “*Eu acho que ela foi boa, mas poderia ter sido melhor, por exemplo, incluir mais os alunos que possuem alguma limitação, incluir mais alunos, com práticas adaptadas e tal*”. A familiar, ao comentar sobre a contribuição da participação nas aulas de educação física, destaca que pelas atividades serem feitas em grupo, possibilitam que a turma aprenda a respeitar as diferenças.

As respostas ressaltam a importância de a pessoa com deficiência pertencer ao grupo. A noção de pertencer ocorre quando o indivíduo se sente acolhido e valorizado, identificando-se como parte de um grupo, esse sentimento relaciona-se diretamente com a qualidade de vida da pessoa (Brotto; Rosaneli; Piloto, 2020). Para que as pessoas se sintam parte de um grupo, é preciso que, durante as dinâmicas sociais, todos reconheçam suas diferenças, mas com os direitos iguais, trazendo segurança e confiança em relação à própria identidade (Regis; Kabengele, 2018).

As respostas destacadas pelos participantes relacionam-se. O estudante aponta que é fundamental para a inclusão a adaptação em que todos possam participar das atividades, isso acontece quando existe conhecimento e planejamento por parte do professor para trabalhar com todos. Esses fatores relacionam-se diretamente a melhora do senso de pertencimento do estudante, que participa ativamente nas atividades e sente-se acolhido e incluído pelo grupo.

Assim, considera-se que as atividades da educação física proporcionam oportunidades para interações sociais, as quais se entrelaçam com os vínculos emocionais de quem participa, e esse resultado somente concretiza-se quando existe a participação ativa. Ser reconhecido e identificar-se como um elemento significativo do grupo é essencial para nutrir o sentimento de inclusão por parte das pessoas com deficiência.

#### **4 Conclusões**

Este estudo analisou a percepção sobre a participação nas aulas de educação física escolar de uma pessoa com deficiência física e os impactos observados por ele e um familiar em relação ao processo de inclusão, tanto na escola, como fora do contexto escolar. Pode-se concluir que o estudante relatou uma participação ativa na maioria das atividades, principalmente, durante o Ensino Fundamental, devido a metodologia utilizada pelos professores. No Ensino Médio, em algumas atividades, apontou que a sua participação foi de espectador, cenário que define uma exclusão.

Em relação à percepção do estudante e do familiar sobre impactos relacionados à participação nas aulas de educação física, podemos avaliar pelos relatos que a disciplina contribuiu significativamente para o desenvolvimento da autonomia e das relações sociais, bem como o gosto pela atividade física. As adaptações das atividades pelos professores são essenciais nesse processo. Esses fatores relacionam-se diretamente com o bem-estar e a qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Portanto, há que se primar pela importância da educação física para a inclusão. Entretanto, a inclusão só ocorre quando existe a plena participação da pessoa com deficiência nas atividades, mostrando a importância do papel do professor em adaptar e planejar suas aulas. Participando de forma ativa no ambiente escolar, a pessoa com

deficiência desenvolve sua autonomia e o senso de pertencimento de grupo, impactando em todo o contexto social e familiar, gerando um espaço de cooperação e aprendizagem entre todos os envolvidos.

## Referências

- AGUIAR, J. P; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. *Rev. bras. educ. espec.*, Bauru, v. 11, n. 2, 2005.
- ALMEIDA, M. A. B; GUTIERREZ, G. L; MARQUES, R. *Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa*. 1ª ed. São Paulo: Godoi Trigo, 2012.
- ALTMANN, H. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. v. 11, São Paulo: Cortez, 2015.
- ALVES, M. L. T; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. *Rev. Bras. Educ. Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 2, Apr-Jun, 2014.
- ALVES, M. L. T; FIORINI, M. L. S; Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. *Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.*, Marília, v.19, n.1, p. 03-16, Jan./Jun., 2018.
- BIDUSKI, G. M *et al*. Barreiras e facilitadores percebidos por pessoas com deficiência praticantes de esportes. *Revista Kinesis*, Santa Maria, v. 39, p. 1-13, 2021.
- BONETI, R.V.F A Escola como lugar de integração (ou segregação) das crianças portadoras de deficiência intelectual. *Rev. Educação em Questão*, Rio Grande do Norte, v. 6, n. 1, p. 112-127, 1996.
- BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Rev. Movimento*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, 2000
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 136 f., 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
- BRASIL. Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf>
- BROTTO, A. M; ROSANELI, C. F; PILOTO, R. F. Identificação e pertencimento: a importância de construir laços que aproximam pessoas com doenças raras. *Rev. Apae Ciência*. Brasília, v. 13, n. 1, p. 13-16, 2020.
- CARDOSO, V. D; PALMA, L. E; ZANELLA, A. K. A motivação de pessoas com deficiência para a prática do esporte adaptado. *Revista Digital - Buenos Aires*. Ano 15, n. 146, 2010. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd146/a-motivacao-para-esporte-adaptado.htm>
- FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. *Journal of Advanced Nursing*, v.22, p.502-508, 1995

- FIGUEIREDO, P. R. P.; MANCINI, M. C; BRANDAO, M. B. Vai jogar? Fatores que influenciam a participação de adolescentes com paralisia cerebral na Educação Física Escolar. *Rev. Movimento*, Porto Alegre, v. 24, 2019
- FONSECA, M. P. S; CARDOZO, L. F. Processos de inclusão/exclusão: percepções sobre a educação física escolar infantil. *Cadernos de aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021
- GASPARY, F. L; PALMA, L. E. *Educação Física e inclusão: perspectivas a partir da percepção de alunos com deficiência*. 31 f. Especialização (Especialização em educação física escolar), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- HANSEL, A. F; ZYCH, A. C; GODOY, M. A. B. *Fundamentos da educação inclusiva*. Paraná: Gráfica Unicentro, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20071549-Fundamentos-da-educacao-inclusiva.html>
- HARTMAN, C.M *et al.* Participação nas aulas de educação física e indicadores de atitudes relacionadas a atividade física em adolescentes. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 623-631, 2013.
- KROEFF, P. A pessoa com deficiência e o sistema familiar. *Revista Brasileira de Terapia de Família*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 67-84, 2012
- KRUG, H. N; KRUG, R. R; KRUG, M. M. Docência e inclusão: Os desafios e sentimentos de professores de educação física na educação básica. *Revista de estudos aplicados em educação*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 7, 2019
- LAPLANE, A. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 689-715, 2006.
- LENHARD, G. R; MANTA, S. K; PALMA, L. E. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. *Revista educação física*, UEM-Maringá, v. 23, n. 1, 2012
- LIMA, F. J; SILVA, F. T. S. Barreiras atitudinais: obstáculos às pessoas com deficiência na escola. In: SOUZA, O. S. H. (org.). *Itinerários da Inclusão escolar: Múltiplos olhares, saberes e práticas*. Porto Alegre: Editora ULBRA, 2008
- LOURENÇO, E. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003
- MONTEIRO, A. P. H; MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação a inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 14, n. 1, p. 35-52, Jan.-Abr, 2008.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e educação*. Bauru, v. 9, n. 2, 2003.
- MORICONI, L. V. *Pertencimento e identidade*, 2014, 52 f., Dissertação (Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- MUNSTER, M. A. V. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas. *Revista da Sobama*, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, 2013.



- NACIE, M. F. P. *et al.* Educação Física Escolar: Percepções dos alunos com deficiência. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, Jan.-Mar., 2016
- PALMA, L. E; LEHNHARD, G. R. Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 42, p. 115-126, 2012
- PESSOA, M. P; *A relação da prática de atividade com a imagem e estima corporal de pessoas com deficiência física.* 70 f. Dissertação (Mestrado em saúde, sociedade e endemias na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020
- RECHINELI, P. M; PORTO, E. T. R; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. *Revista Bras. Educ. Especial*, v. 14, n. 2, 2008.
- REGIS, R. C. L; KABENGELE, D. C. A pessoa com deficiência e o acesso a educação: uma política para equidade. *Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.*, Naviraí, v. 5, n. 9, p. 3-18, 2018
- SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. *Revista Inclusão*. v. 1, n. 1, p. 19-23, Brasília, 2005.
- SEABRA JUNIOR, M. O. *Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada.* 2008, 126 f. Dissertação (Tese de Doutorado em educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.
- SERON, B. B; ARRUDA, G. A; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. *Rev. Bras Ciênc Esporte*, v. 37, n. 3, p. 214-221, 2015.
- SILVA, G. G; SILVEIRA, J. R; MARQUES, A. C. Inclusão, formação e educação física: uma análise nas perspectivas dos professores. *Revista Pensar a prática*, Goiás, v. 25, 2022.
- SILVA, R. S. *et al.* Atividade física e qualidade de vida. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 115-120, 2010.
- SOUSA, I. V. *Educação inclusiva no Brasil: História, gestão e políticas.* Coleção Educação Inclusiva no Brasil, Jundiaí, SP, 2019
- SOUTO, M. C. D. *et al.* Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. *Revista Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 3, 2010.
- TERRA, R. N; GOMES, C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, vol. 26, n. 45, p. 109-123, 2013
- THOMAS, J. R; NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J. *Método de pesquisa em atividade física.* 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- VENCATO, L. da S; WENDLING, M. I. A percepção da família sobre o desenvolvimento da autonomia nas pessoas com deficiência intelectual. *Revista Universo Psi*, Taquara, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2019.

### Notas sobre os autores

João Vitor Zibell

Discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: jvzibell@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3164-3115>

Luciana Erina Palma  
Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.  
E-mail: luepalma@yahoo.com.br  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2036-0786>

Recebido em: 07/09/2023  
Reformulado em: 23/11/2023  
Aceito em: 24/11/2023